

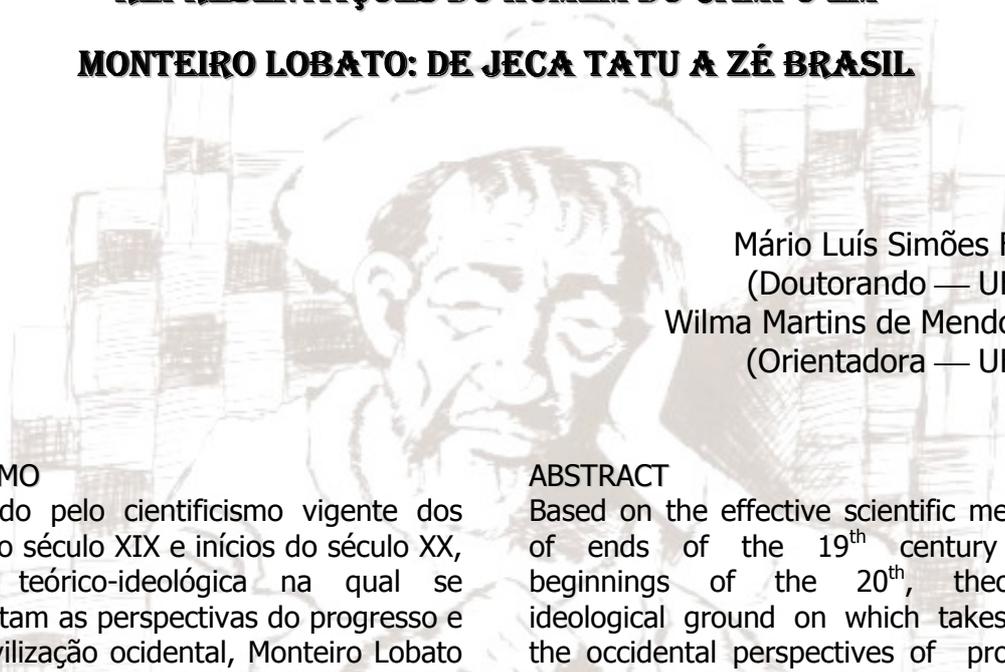


MISCELÂNEA

Revista de Pós-Graduação em Letras
UNESP – Campus de Assis
ISSN: 1984-2899
www.assis.unesp.br/miscelanea
Miscelânea, Assis, vol.6, jul./nov.2009



REPRESENTAÇÕES DO HOMEM DO CAMPO EM MONTEIRO LOBATO: DE JECA TATU A ZÉ BRASIL



Mário Luís Simões Filho
(Doutorando — UFPB)
Wilma Martins de Mendonça
(Orientadora — UFPB)

RESUMO

Pautado pelo cientificismo vigente dos fins do século XIX e inícios do século XX, base teórico-ideológica na qual se assentam as perspectivas do progresso e da civilização ocidental, Monteiro Lobato alinhar-se-ia, ao longo de sua vida, à variadas posições ideológicas. Desse alinhamento, resultariam diversas configurações dos traços físicos e sociais do mundo caboclo. Neste estudo, seguindo itinerário esboçado por Marisa Lajolo, nos voltaremos para as narrativas lobatianas acerca do homem rural, escritas entre 1914 e 1947. Nesta tarefa, observaremos que, Monteiro Lobato, trilhando, contraditoriamente, o caminho da tradição, permaneceria fiel ao Naturalismo, propondo, através da literatura, a inserção do caipira no mundo do capital, do progresso, da ciência e da riqueza individual.

PALAVRAS-CHAVE

Literatura; sociedade; identidade cultural.

ABSTRACT

Based on the effective scientific mentality of ends of the 19th century and beginnings of the 20th, theoretic-ideological ground on which takes seat the occidental perspectives of progress and civilization, Monteiro Lobato would line up, throughout his life, to several ideological positions. From this alignment, would result diverse configurations of the physical and social traces of the *caipira*. In this study, following an itinerary sketched by Marisa Lajolo, we analyse narratives concerning the peasant, written between 1914 and 1947. In this task, we will observe that, Monteiro Lobato, treading, contradictorily, the way of the tradition, would remain faithful to the Naturalism, considering, through the literature, the insertion of *caipira* in the world of the capital, the progress, science and the individual wealth.

KEYWORDS

Literature; society; cultural identity.

Pautado pelo cientificismo vigente dos fins do século XIX e inícios do século XX, base teórico-ideológica na qual se assentam as perspectivas do progresso e da civilização ocidental, Monteiro Lobato alinharia-se, ao longo de sua vida, a variadas posições ideológicas. Desse alinhamento, resultariam diversas configurações dos traços físicos e sociais do homem do campo, num percurso marcado, claramente, pela diversidade, como assinala Marisa Lajolo: “de 1914 a 1947, Monteiro Lobato parece ter percorrido quase todas as posições ideológicas disponíveis para um intelectual de seu tempo” (LAJOLO, 1983, p. 101). Um persistente esforço de atualização, através do qual, é possível apreender a extrema dificuldade de Lobato em sair de si mesmo, de relativizar as suas certezas e as de seu século, de apreender a difícil trajetória do povo brasileiro.

Filho e neto de grandes proprietários de terras no Vale do Paraíba, Monteiro Lobato integra, pela origem, a pequena nobreza oligárquica do Brasil, como comprova o título nobre de seu avô, Visconde de Tremembé, conferido pelo Imperador. Prática comum aos imperadores portugueses, essas distinções aproximavam, simbolicamente, a oligarquia brasileira da nobreza europeia. O vocábulo indígena, largamente utilizado nessas comendas, acentuava a lisonja imperial aos grandes senhores de terra em nosso país.

Preso às divagações de nossa autenticidade cultural, ao exercício de busca de um novo estilo, atividade privilegiada pela geração de Lobato, como nos informa Nelson Palma Travassos, memorialista e contemporâneo do autor de *Urupês* — “Éramos em 1918 uma época em busca de um estilo” (TRAVASSOS, 1964, p. 26) — Monteiro Lobato publicaria, nesse ano, em forma livresca, as narrativas, “Velha praga” e “Urupês”, já editadas pela imprensa escrita desde 1914. Nelas, a configuração literária do caboclo paulista, tematizada no personagem Jeca Tatu, caracterizava a representação de Lobato, simultaneamente, pela ruptura e pelo aproveitamento de nossa tradição literária, em especial da perspectiva nacionalista romântica.

Embaraçado pela quimera de nossa autenticidade cultural, que embalou o nacionalismo literário, Monteiro Lobato resgataria, dialeticamente, a tradição romântica pela via da contradição e da reafirmação. Problematisa-lhes os textos, enquanto se apropria de seus processos escriturais, como se vê na explicitação de seu próprio modo composicional de "Urupês", (dezembro, 1914). Caminha pelo paradoxo ao anunciar a morte do indianismo, enquanto reafirma a sua ressurreição, como se observa nos fragmentos de "Urupês" descritos a seguir:

Esboroou-se o balsâmico indianismo de Alencar ao advento dos Rondons que, ao invés de imaginarem índios num gabinete, com reminiscências de Chateaubriand na cabeça e a *Tracema* aberta sobre os joelhos, metem-se a palmilhar sertões de Winchester em punho. Morreu Peri [...] Não morreu todavia. Evolui. O indianismo está de novo a deitar copa, de nome mudado. Crismou-se de 'cabocismo'. O cocar de penas de arara passou a chapéu rebatido à testa; o ocará virou rancho de sapé; o tacape afilou, criou gatilho, deitou ouvido e é hoje espingarda troxada; o boré descaiu lamentavelmente para o pio de inambu; a tanga ascendeu a camisa aberta ao peito. (LOBATO, 2004, p. 166).

Nessa contradição consigo mesmo, Lobato procede ao aproveitamento estético do indianismo romântico, como já observara Silviano Santiago em seu texto "Monteiro Lobato hoje — ponto e vírgula", publicado em 2003, na coletânea, organizada por João Cezar de Castro, *Nenhum Brasil existe*, e reeditado, em 2006, na obra de ensaios literários, *Ora (direis) puxar conversa!*:

Em página bastante conhecida sobre a expressão literária da nacionalidade, Lobato substitui o índio pelo caboclo. A simplicidade no raciocínio evolutivo é tão grande que parece estarmos diante de uma errata pouco pensante (SANTIAGO, 2003, p. 659).

O olhar diferente, graças ao prisma naturalista que adota como convenção literária, leva Monteiro Lobato a substituir o componente ideológico romântico pelas ideologias naturalistas, responsáveis pela sua cruzada em defesa da "desliteralização" da literatura nacional e de sua elevação ao (impossível) plano da realidade, como manifesta abaixo, ao criticar os escritores

cidadinos que, sem a vivência no campo, se atrevem a escrever sobre essa temática apenas com os recursos da tradição e da imaginação. Nesse exercício sobre o seu fazer literário, Monteiro Lobato afirma a legitimidade de sua escrita, posto que elaborada a partir de sua experiência como fazendeiro, defendendo, assim, o exercício estético como atividade proveniente da experiência:

A nossa literatura é fabricada nas cidades por sujeitos que não penetram nos campos de medo dos carrapatos. E se por acaso se atreve e faz uma "entrada", a novidade do cenário embota-lhe a visão, atrapalha-o, e, ele, por comodidade entra a ver o *velho caboclo romântico já cristalizado* — e até vê caipirinhas cor de jambo, como o Fagundes Varela. O meio de curar esses homens de letras é retificar-lhes a visão. Como? Dando a cada um, ao Coelho, à Júlia Lopes, uma fazenda na serra para que a administrem. Se eu não houvesse virado fazendeiro e visto como é realmente a coisa, o mais certo era estar lá na cidade a perpetuar a visão erradíssima do nosso homem rural. O romantismo indianista foi todo ele uma tremenda mentira; e morto o indianismo, os nossos escritores o que fizeram foi mudar a ostra. Conservaram a casca... Em vez de índio, caboclo (LOBATO, 1961, p. 364).

Com a visão ofuscada pela perspectiva naturalista, Monteiro Lobato não se apercebe de que a sua experiência com o caboclo paulista o induz não à literatura autêntica que deseja, mas a uma literatura organizada por um olhar senhorial, extremamente depreciativo em relação ao caboclo e ao seu mundo. Dessa óptica, caracteriza nosso caipira como um "funesto piolho da terra, inadaptável à civilização", desconfiado e avesso ao progresso, no conto "Velha praga" (novembro, 1914), texto que antecede "Urupês":

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra recua para não adaptar-se (LOBATO, 2004, p.161).

Desse campo visual, Monteiro Lobato acusaria o caboclo de agressor-parasita da natureza, de destruidor da fertilidade do nosso solo, responsável

pelos enormes prejuízos, ambientais e econômicos, criticando, assim, a prática arraigada da coivara, herdada pelos caboclos dos seus ancestrais ameríndios. O olhar lobatiano, de proprietário desejoso de progresso e de braços servis para o nosso tão protelado progresso, nos deixa entrever o neto e o herdeiro do Visconde de Tremembé que, em dificuldades, investe contra o caboclo denominando-o pejorativamente ora de incendiário, o Nero brasileiro então, ora de quantidade negativa, como se lê, novamente, em “Velha praga”:

A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro como o *Argas* o é aos galinheiros ou o *Sarcoptes mutans* à perna das aves domésticas [...] Pronto o roçado, e chegado o tempo da queima, entra em funções o isqueiro. Mas aqui o ‘sarcopte’ se faz raposa. Como não ignora que a lei impõe aos roçados um aceiro de dimensões suficientes à circunscrição do fogo, urde traças para iludir a lei, coçando dest’arte a insigne preguiça e a velha malignidade [...] Quem foi o incendiário? Donde partiu o fogo? Indaga-se, descobre-se o Nero: é um urumbeva qualquer, de barba rala, amoitado num litro de terra litigiosa. [...] Enquanto a mata arde, o caboclo regala-se. — Eta fogo bonito! (LOBATO, 2004, p. 161-4).

Em “Urupês”, Monteiro Lobato, pautando-se nas suas acentuadas convicções naturalistas, contrapõe Iracema e Peri, ícones maiores da idealização indianista alencariana, às representações indígenas dos sertanistas modernos que, como ele, representam os índios brasileiros a partir de seus próprios contatos e experiências com esses aborígenes:

Contrapôs-lhe a cruel etnologia dos sertanistas modernos um selvagem real, feio e brutesco, anguloso e desinteressante, tão incapaz, muscularmente, de arrancar uma palmeira, como incapaz, moralmente, de amar Ceci. Por felicidade nossa — e de D. Antônio de Mariz — não os viu Alencar; sonhou-os qual Rousseau. Do contrário, lá teríamos o filho de Araré a moquear a linda menina num bom braseiro de pau-brasil, em vez de acompanhá-la em adoração pelas selvas, como o Ariel benfazejo do Paquequer (LOBATO, 2004, p. 165).

Em outros escritos, Lobato acentuaria essa caracterização depreciativa, física e moral, do aborígene agora transfigurado em caboclo. Em *O problema vital* (1918), marco de uma nova perspectiva lobatiana, espécie de compilação de vários artigos nos quais defende o saneamento do país, o criador de Jeca

Tatu culpabiliza, nesse novo olhar, o estado verminoso do caboclo, denominado de *náufrago da fisiologia, viveiro ambulante do verme*, pela indolência, pela feiúra, pelo cansaço e pelo fatalismo do homem rústico do Brasil:

O que nos campo a gente vê, deambulando pelas estradas com ar abobado, é um lamentável naufrago da fisiologia, a que chamamos homem por escassez de sinonímia. Feiíssimo, torto, amarelo, cansado, exangue, faminto, geófago — viveiro ambulante do verme destruidor [...] É fantástico, isto! Milhões de criaturas humanas com a função social adstrita à veiculação das posturas do ancilostomo! Um país com dois terços do seu povo ocupados em por ovos alheios! Em conseqüência da escravização do homem ao verme jaz o país em andrajosa miséria econômica, resultante natural da miséria fisiológica (LOBATO, 1959, p. 234).

Iniciando um caminho de revisão de sua primeira perspectiva acerca do caipira, Monteiro Lobato retomaria o caminho escritural traçado por Alencar, em *Ubirajara* (1874). Em sua última obra indianista, José de Alencar, sem a ambigüidade que permanece no texto de Monteiro Lobato, culpabilizaria os viajantes, cronistas e historiadores do primeiro período colonial pelas caracterizações grosseiras das quais ele mesmo se utilizara em suas narrativas indianistas, como se apreende da leitura de *O Guarani* (1857) e de *Iracema* (1865), conforme constata Wilma Martins de Mendonça:

Encontramos um Alencar, então, que não apenas revisita os relatos quinhentistas, mas revê sobremaneira, o seu próprio olhar. Dessa forma, o narrador de *Ubirajara* investe não apenas contra a cegueira quinhentista, mas contra a própria cegueira do seu Autor Pai (MENDONÇA, 2002, p. 17).

Retomando o caminho da revisão alencariana, Monteiro Lobato acusa a política brasileira, a falta de saneamento e o abandono do homem do campo, que, escravizado pela “miséria econômica” e pela miséria fisiológica é impedido de criar riqueza. Nesse momento, Lobato se aproxima de Euclides da Cunha. Este, em *Os Sertões* (1901) também denunciaria o abandono do homem sertanejo, denominando a repressão do exército brasileiro a Canudos como crime de nacionalidade; como se observa:

Faltou-nos o estadista de visão bastante lúcida para apreender este outro modo de obter braços: a restauração pelo saneamento dos milhões que temos em casa, incapacitados para o trabalho por força de males curáveis e evitáveis. O exemplo da Trappa ensina-nos que o saneamento vale por avultada corrente imigratória. É mister, curando-o, valorizar o homem da terra, largado até aqui no mais *criminoso abandono*. Curá-lo é criar riqueza (LOBATO, 1959, p. 284, grifos nossos).

Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras, ou ilusórias, que tivemos quando, de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos, de frente, numa volta do sertão, com aqueles *desconhecidos singulares, que ali estão — abandonados — há três séculos* (CUNHA, 1979, p. 95-6, grifos nossos).

Ainda em 1918, Monteiro Lobato publica o conto “Jeca Tatu — a ressurreição”, reafirmando sua nova perspectiva do universo caboclo, na qual deixa explícito o seu entusiasmo com as recentes medidas sanitárias, em processo de implantação no país, graças aos esforços, segundo Lobato, tanto de um Osvaldo Cruz como de um Belisário Pena, como ressalta em “Dezessete milhões de opilados”, artigo que antecede a publicação de seu Jeca ressuscitado:

Foi mister que nascesse Osvaldo Cruz, que Osvaldo fundasse Manguinhos, que Manguinhos reunisse em seu seio uma plêiade de estudiosos, e que dentre eles Belisário Pena desferisse um grito lancinante de angústia para que afinal volvéssemos para os males caseiros os olhos há tantos anos postos nas coisas européias. Ah, se o Brasil que fala e pensa e age consagrasse ao estudo e solução dos problemas internos um décimo das energias despendidas em comentar os fatos europeus... (LOBATO, 1959, p. 237).

O entusiasmo com as novas medidas na área da saúde pública, sinais inequívocos de nossa entrada na modernidade, como supõe Lobato, torna o autor de “Velha praga” num ativo militante da melhoria e da reconfiguração do quadro da saúde pública entre nós, como expressa, repetidas vezes, ao longo da nova narrativa. Desse novo front, Lobato atacaria o descuido e a negligência brasileira no trato com as questões da saúde pública, tanto em artigos

publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, como no novo texto literário, claramente marcado pelo tom propagandista da campanha em curso.

Oriunda, ideológica e escrituralmente, da nova campanha abraçada pelo escritor, a nova narrativa lobatiana procede a uma reinterpretação das causas da pobreza e da apatia do Jeca Tatu, elegendo, desta feita, o estado verminoso, a precariedade da saúde pública como responsáveis pela indolência e preguiça do seu personagem. Dessa forma, Lobato redime seu antigo Jeca Tatu do pecado capital da preguiça, enquanto revisita o seu olhar anterior:

Jeca não queria saber de nada. Trabalhar não era com ele [...] Um dia um doutor portou lá por causa da chuva e espantou-se de tanta miséria. Vendo o caboclo tão amarelo e chucro, resolveu examiná-lo. — Amigo Jeca, o que você tem é doença. — Pode ser. Sinto uma canseira sem fim, e dor de cabeça, e uma pontada aqui no peito que responde na cacunda. Isso mesmo você sofre de anquilostomíase [...] O doutor receitou-lhe o remédio adequado; depois disse: 'E trate de comprar um par de botinas e nunca mais me ande descalço nem beba pinga, ouviu?' — Ouvi, sim senhor! — Pois é isso, rematou o doutor, tomando o chapéu. A chuva já passou e vou-me embora. Faça o que mandei, que ficará forte, rijo e rico como o italiano [...] Tudo o que o doutor disse aconteceu direitinho! Três meses depois ninguém mais conhecia o Jeca. A preguiça desapareceu (LOBATO, 1959, p. 331-4).

Nessa revisitação, em que diagnostica as “verdadeiras” causas do atraso do caipira e do mundo rural, Monteiro Lobato retomaria a aliança entre literatura e ciência fisiológica um dos traços estruturantes do naturalismo do século XIX, como observa Flora Süssekind, no texto “A estética faz-se fisiológica”, da obra em que analisa a transplantação e a sedimentação do Naturalismo no Brasil:

Também o indivíduo e a nação a que pertence tornam-se 'organismos' análogos, cujo funcionamento e possíveis diagnósticos ficam a cargo da fisiologia [...] O médico dos romances naturalistas possui traços que o aproximam dos intelectuais brasileiro da virada do século. Enquanto um possui poder de intervenção no espaço familiar, a ponto de ordenar internações e casamentos, o outro desejaria estar investido de idêntica possibilidade de transformar a vida nacional (SÜSSEKIND, 1984, p. 84-130).

Desejoso da possibilidade de transfigurar a feição nacional, tacanha e atrasada, em feição de progresso e prosperidade, Monteiro Lobato transforma sua narrativa numa espécie de texto publicitário a serviço da campanha de saneamento do país, a maneira de Zola, como se apreende da leitura do texto de Flora Süssekind, sobre os escritores naturalistas do país:

Esse radicalismo pela metade explica que, junto a uma obsessiva defesa da ciência e da modernização, nossos romancistas naturalistas tenham aviado apenas em parte a receita de Zola. Dele se tomou um modelo romanesco, mas se apagou a orientação ideológica socialista. Dele se tomou a histórica (*Thérèse Raquin*), o médico (*Docteur Pascal*), a concepção da sociedade em que se vive como um organismo doente. Mas isolados pelo 'cordão sanitário' do naturalismo brasileiro de qualquer receituário socialista (SÜSSEKIND, 1984, p. 131).

Nesse radicalismo pela metade, para usarmos a expressão de Flora Süssekind, Monteiro Lobato persistiria em sua campanha de saneamento. Em 1924, republicaria, com o título de "Jeca Tatuzinho", a narrativa "Jeca Tatu — a ressurreição". Afora o novo título, a inserção da propaganda médico-comercial e a forma de difusão, Monteiro Lobato se manteria fiel ao texto do seu Jeca ressuscitado, inclusive mantendo como personagem o Jeca Tatu.

Rebatizado como Jeca Tatuzinho, o Jeca redimido de Monteiro Lobato alcançaria um contingente de leitores nunca verificado em nossa história editorial. Acirrando a aliança entre a literatura e a ciência, Monteiro Lobato se uniria ao Laboratório Fontoura, que garantiria, financeiramente, a circulação do Jeca Tatuzinho entre milhões de brasileiros, notadamente, aqueles que povoam o nosso espaço rural e periferias das grandes cidades. Esse financiamento garantiria, a "Jeca Tatuzinho", o lugar de *best-seller* entre os *best-sellers* do Brasil, segundo assinala Silviano Santiago ao reconhecer o caráter elitista dessa elaboração:

Jeca Tatu foi escrito por fazendeiro para agregados, isto é, para ser lido por aqueles que, julgava serem os jecas tatus da vida. Não é por acaso que, até 1982, as edições do *Jeca Tatuzinho*, financiadas pelo Laboratório Fontoura, tenham ultrapassado a

marca dos cem milhões de exemplares. Deve ser o *best-seller* dos *best-sellers* brasileiros (SANTIAGO, 2003, p. 660).

Denominação nova, texto velho. Em relação ao novo/velho e, agora, afetivo, nome do Jeca, nutrimos certa reserva em relação à leitura de Marisa Lajolo que vê, na utilização do diminutivo, a solidariedade do escritor, ou nomeador, ao seu personagem, o nomeado. Optamos, nesse caso, pelo próprio discurso de Lobato que, em nota explicativa, atribuiria sua nova concepção onomástica, à analogia que faz com o formato do livreto distribuído. Nesse caso, a afetividade que o uso do diminutivo indicia é dirigida não ao personagem, mas ao próprio produto literário, como expõe Monteiro, em texto posto em cotejo com o de Marisa Lajolo:

O velho Jeca (agora no diminutivo, o que em nossa prática lingüística supõe certa afetividade, entre nomeador e nomeado) é apresentado como vítima com a qual se solidariza o Lobato de agora: opilado pela verminose, fraco, anêmico, os males deste Jeca dos anos vinte não começam na preguiça nem na falta de disposição para o trabalho: a desnutrição e a precariedade de seu estado de saúde é que desembocam na pouca produtividade do camponês itinerante (LAJOLO, 1983, p. 101).

Esta pequena história teve um curioso destino. Adotada por Candido Fontoura, esse homem de visão tão penetrante, para propaganda de seus preparados medicinais contra a malária e a opilação, vem sendo espalhada pelo país inteiro na maior abundância. As tiragens já alcançaram quinze milhões de exemplares — e prosseguem. Não há recanto do Brasil, não há fundo de sertão, onde quem sabe ler não haja lido o “Jecatuzinho”, que é o nome popular da história por causa do pequeno formato das edições distribuídas. E desta forma, graças à ação de Fontoura, as noções dadas no “Jecatuzinho” sobre as origens da malária e da opilação já entraram no conhecimento do povo roceiro, habilitando milhares e milhares de criaturas a se defenderem e também a se curarem, quando por elas alcançados (LOBATO, 1959, p. 340).

Espécie de cartilha educativa, organizada por uma pedagogia de cunho paternalista, o texto “Jeca Tuzinho” se aproxima, concomitantemente, ora de um receituário, ora um texto de reclame, utilizado como suplemento dos produtos medicinais do Laboratório Fontoura. Nesses tons, perpassados pela

velha ideologia do progresso e pelo elogio do trabalho, Lobato organizaria a nova publicação de Jeca Tatu, como se afere de sua leitura e em acordo com as ponderações de Silviano Santiago, posto em diálogo com Monteiro Lobato:

Quem sofre de sezão sara com o MALEITOSAN FONTOURA. Quem sofre de amarelão sara com a ANKILOSTOMINA FONTOURA [...] para tomar assim: seis comprimidos hoje pela manhã e outros seis amanhã de manhã. — Faça isso duas vezes, com espaço de uma semana. E cada vez tome também um purgante de sal amargo, se duas horas depois de ter ingerido a ANKILOSTOMINA não tiver evacuado [...] E o grande remédio que combate o amarelão, esse mal terrível que tantos braços preciosos rouba ao trabalho, é a ANKILOSTOMINA. Assim como o grande conservador da saúde, que produz energia, força e vigor, chama-se BIOTÔNICO FONTOURA (LOBATO, 2004, p. 325-31).

Na combinação do conhecimento enciclopédico do generalista, imbuído pelo pessimismo patriótico, com o bom-senso do caixeirinho do armazém, ingênuo mas direcionado pela ideologia do progresso individual pelo trabalho, é que Lobato consegue diagnosticar com *imprecisão de detalhes* os nossos grandes males. Com o espírito do generalista e do caixeirinho, ele detecta as causas simples para as doenças da nossa civilização tropical (causas ditas complexas pelo Estado burro e corrupto, leia-se o conto “Um suplício moderno”, e pela elite embusteira) e procura saneá-las com o proselitismo de pregador evangélico. O generalista retira do bolso o receituário e entrega a receita para o caixeirinho aviar. O primeiro é capaz de prescrever, para cada mal diagnosticado, o remédio perfeito e eficiente, e o segundo é capaz de aplicar as injeções milagrosas, estabelecendo novas diretrizes para o desenvolvimento e o progresso que retirariam país e cidadãos da paralisia asfixiante. A simplicidade na análise, repitamos, é amiga da visão abrangente e também dos remédios milagrosos (SANTIAGO, 2003, p. 663, grifos do autor).

Não obstante o esforço de renovação empreendido por Monteiro Lobato, o seu novo Jeca continuaria sendo apreendido através de velhos visores, indicadores da dificuldade lobatiana em se afastar do lugar que ocupa em nossa hierarquia social, por benesse de nascimento. Mesmo ressuscitado, bem sucedido, o Jeca Tatu ou Jeca Tatuzinho ainda seria impedido do direito a fala. Seu discurso se constitui como *ecos de ressonância*, do pensamento, dos projetos e dos sonhos de Monteiro Lobato, como se deduz da fala do Jeca:

— Nunca mais! Daqui por diante dona Ciência está dizendo, Jeca está jurando em cima! Tesconjuro! E pinga, então, nem pra remédio!... [...] — É que agora quero ficar rico. Não me contento em trabalhar para viver. Quero cultivar todas as minhas terras, e depois formar aqui duas enormes fazendas — a Fazenda Ankilostomina e a Fazenda Biotônico. E hei de ser até coronel [...] Só pensava em melhoramentos, progressos, coisa americanas. Aprendeu logo a ler, encheu a casa de livros e por fim tomou um professor de inglês. — Quero falar a língua dos bifés para ir aos Estados Unidos ver como é lá a coisa. O seu professor dizia: — O Jeca só fala inglês agora (LOBATO, 2004, p. 326-9).

Nessa permanência, o texto de Lobato ainda abrigaria o antigo preconceito (em sentido restrito), verbalizado, nessa nova narrativa, pelo próprio Jeca Tatu, agora também “garoto propaganda” do Laboratório Fontoura, como se vê na passagem em que Jeca Tatu denomina seus iguais de “paulama”, em sentido de dicionário, “madeira que atravanca os roçados após a queimada”, talvez numa outra analogia lobatiana com o *urupê* como ele classifica o seu primeiro Jeca, destituído, de outra maneira, do direito a expressão, como se lê a seguir:

Quando teve de aumentar a casa, foi a mesma coisa. Derrubou no mato grossas perobas, atorou-as, lavrou-as e trouxe no muque o terreiro as toras todas. Sozinho! — Quero mostrar a esta paulama quanto vale um homem que tomou ANKILOSTOMINA e BIOTÔNICO, que usa botina cantadeira e que não bebe nem um só martelinho de cachaça! (LOBATO, 2004, p. 327-8).

O caboclo é um sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas. Só ele não fala (LOBATO, 2004, p. 176).

Em sua nova percepção do mundo caboclo, Monteiro Lobato, entre a ingenuidade, a generalização e o simplismo, como assinalou Silviano Santiago, propõe, pelo caminho da literatura, a inserção do caipira no mundo do capital, do progresso, da ciência e da riqueza individual, conforme se deduz da leitura de seus textos produzidos entre 1918 e 1924.

Persistindo na tematização do homem rústico brasileiro, Monteiro Lobato lançaria, vinte e três anos depois, terceira e uma última versão do

caipira. Em 1947, publica um folheto sob o patrocínio da Editorial Vitória, difusora de textos marxistas e comprometida com o programa do Partido Comunista Brasileiro, numa clara demonstração de seu ecletismo ideológico.

Monteiro Lobato trilharia um percurso marcado, claramente, pela diversidade, como assinala Marisa Lajolo: “de 1914 a 1947, Monteiro Lobato parece ter percorrido quase todas as posições ideológicas disponíveis para um intelectual de seu tempo” (LAJOLO, 1983, p. 101).

Submetendo a sua escritura às idéias que defende, Monteiro Lobato, em sua terceira versão do caipira, conceberia *Zé Brasil*, fortemente influenciado pelo ideal do comunismo. No campo restrito do projeto estético, Lobato abandona a fisiologia dominante nos romances naturalistas do fim do século XIX alinhando-se aos romancistas naturalistas de Trinta, permanecendo, assim, fiel ao Naturalismo. Nessa atualização, segue a tendência naturalista em voga, tendência, esta, predominantemente marcada pela interpretação da sociedade através das ciências sociais, como analisa Flora Süssekind, em sua obra já citada:

Talvez porque obsessivamente voltada para o estabelecimento de semelhanças e a restauração de identidade, a ficção naturalista também se veja sucessivamente submetida a superações históricas [...] Nos decênios de Trinta e Quarenta não se poderia encarar o naturalismo do fim do século com seu biologismo, sem a ironia de um período marcado culturalmente pelas explicações econômicas, pelas ciências sociais (SÜSSEKIND, 1984, p. 86-7).

Sob a influência das idéias comunistas e da nova orientação naturalista, Monteiro Lobato, de fato, revisitaria a sua obra. Nessa reavaliação, procederia a uma evidente autocrítica à sua visão preconceituosa à sua cegueira, ao mesmo tempo em que indica a distribuição das terras como solução da injusta condição do camponês do Brasil:

A gente da cidade — como são cegas as gentes das cidades!...
Êsses [sic] doutores, esses escrevedores nos jornais, êsses deputados, paravam ali e era só crítica: vadio, indolente, sem ambição, imprestável... não havia o que não dissessem do Zé Brasil [...] Quer dizer que terra é o que não falta. Falta uma

boa distribuição das terras, de modo que se acabe com isto de uns terem e a grande maioria não ter nada (LOBATO, 1947, p. 9-19).

A proximidade com o Partido Comunista Brasileiro, fundado no contexto de renovação do início dos anos Vinte, tornaria a nova escrita de Lobato num texto politicamente engajado à campanha de Luiz Carlos Prestes. Nesse engajamento, o autor de *Urupês* já aproximado, literariamente, do escritor baiano, Jorge Amado, pela vertente literária comum, o Naturalismo, e pelas elaborações estéticas de veio regionalista, somar-se-ia a esse na campanha do “cavaleiro da esperança”, título de uma obra de Amado, elaborada, também, através de um forte apelo das idéias comunistas. Jorge Amado, membro do Partido Comunista Brasileiro, não apenas saúda Luiz Carlos Prestes, como o representa como “o cavaleiro da esperança”, da redenção do Brasil, como ostenta no título de sua narrativa publicada em 1944. Essa atitude escritural seria retomada por Monteiro Lobato, em seu *Zé Brasil*. Dessa forma, Lobato se avizinharia de Jorge Amado não apenas pela adoção da perspectiva naturalista como, também, pela transformação do personagem recente de nossa história em personagem de sua última obra sobre o elemento rural brasileiro:

Não é assim Zé. Apareceu um homem que pensa em você, que por causa de você já foi condenado pela lei desses ricos que mandam em tudo — e passou nove anos no cárcere. — Quem é esse homem? — Luiz Carlos Prestes... [...] Se todos os que sofrem essa injustiça de falta de terras próprias num país tão grande como este, se reunirem em redor de Prestes, a situação acabará mudando completamente. O Brasil tem 5 habitantes para cada quilômetro quadrado... (LOBATO, 1947, p. 18-19)

Pelo exposto, constata-se que, do alinhamento de Monteiro Lobato às mais variadas concepções ideológicas, resultaria a sua diversidade escritural acerca do homem rural. Como bem sugere o itinerário esboçado por Marisa Lajolo, Lobato caminharia da intolerância elitista e senhorial (“Velha praga” e “Urupês”) a uma solução generalizante, ingênua e paternalista (*Jeca Tatuzinho*), à reivindicação da distribuição da terra (*Zé Brasil*), conforme as ponderações de Lajolo:

Para este Lobato de 1914, o caboclo era “um parasita, um piolho da terra (...), espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças [...]” Protagoniza agora a história de Jeca Tatuzinho onde Lobato substitui a indignação frente às práticas incendiárias e ociosas do piraquara pela denúncia da precariedade da saúde pública brasileira. Mas há uma terceira aparição do Jeca num texto lobatiano em 1947, num outro Brasil, um outro Lobato rebate sua personagem. O Brasil já passara pela revolução de 30 e Lobato já perdera boa dose do seu paternalismo ingênuo dos anos 20. Em causa, agora, a legalidade do Partido Comunista Brasileiro. Jeca Tatuzinho, nascido Jeca Tatu, atende agora pelo nome de Zé Brasil [...] E é este Zé Brasil, representado com toda sua carga de alienação que, com um interlocutor anônimo, discute a precariedade de sua situação. E esta situação precária é firmemente atribuída ao latifúndio e ao sistema econômico que rege o estatuto agrário brasileiro (LAJOLO, 1983, p. 101-2).

Na verdade, ao atinar, em sua terceira versão do homem caipira, com as causas do atraso e da pobreza do mundo rural, Monteiro Lobato, mesmo sem perder o velho tom paternalista, revisitaria o seu próprio percurso, invertendo a relação entre Jeca Tatu e os senhores de terra. Se na primeira versão é o Jeca o tatu, o parasita; na terceira versão são os próprios proprietários que são reconhecidos como tatus parasitários:

Não é assim, Zé. Apareceu um homem que pensa em você [...] — Quem é êsse [sic] homem? — Luiz Carlos Prestes... — Já ouvi falar. Diz que é um tal comunista que quer desgraçar o mundo, acabar com tudo... — Quer acabar com a injustiça do mundo. Quer que em vez de um Tatuíra, dono de milhares de alqueires de terra e vivendo à custa dos que trabalham, homem prepotente que faz o que fez a você... (LOBATO, 1947, p. 18).

Nessa revisão em que chega à tese do parasitismo social das elites latino-americanas elaborada por Manoel Bomfim, em 1903, Monteiro Lobato trilharia, novamente, o caminho da tradição. Não é demais lembrar José de Alencar; em sua terceira produção indianista, *Ubirajara*, também revisitaria os seus preconceitos em relação aos aborígenes brasileiros, principalmente em relação aos resistentes ao projeto de colonização lusa, como afirma Wilma Martins de Mendonça:

Apesar do comprovado e reconhecido parentesco entre as obras indianistas alencarianas — assinalado pelo próprio autor — ressaltamos, todavia, a intrigante postura do narrador de *Ubirajara*. Em sua última produção indianista, José de Alencar critica e revê as informações prestadas pelos viajantes, missionários e aventureiros acerca dos indígenas. [...] Encontramos um Alencar, então, que não apenas revisita os relatos quinhentistas, mas revê, sobremaneira, o seu próprio olhar (MENDONÇA, 2002, p. 17).

O inquietante tema suscitado e, persistentemente, revisitado por Monteiro Lobato, assim como, por variados discursos artísticos e ideológicos durante o todo o século XX, permanece revestido de uma importância atual. O olhar de Lobato contribuiria para uma pluralidade de visão e de revisão do homem rústico do Brasil. Razão pela qual, somada à qualidade estética de seu texto, não obstante o prisma naturalista de apego à transparência da linguagem, que Lobato soube muito bem abrandar, se deve à persistente atualidade das representações lobatianas acerca do homem do campo brasileiro.

Referências bibliográficas

- AMADO, Jorge. *O cavaleiro da esperança*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- BONFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1993.
- CANDIDO, Antonio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 2002.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.
- LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*. São Paulo: Moderna, 2000.
- _____. Jeca Tatu em três tempos. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 101-5.

LOBATO, Monteiro. Jeca Tatuzinho. In: CARRASCOZA, João Anzanello. *Razão e publicidade no texto publicitário*. São Paulo: Futura, 2004, pp. 323-31.

_____. *Urupês*. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Brasiliense, 1961. (Obras completas, Literatura Geral, v. 1 e 2).

_____. *O problema vital*. São Paulo: Brasiliense, 1959. (Obras completas, Literatura Geral).

_____. *Zé Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

MENDONÇA, Wilma Martins. *Memória de nós: o discurso possível e o silêncio tupinambá nos relatos do século XVI*. Recife: 2002. Tese. (Doutorado em Teoria da Literatura). Universidade Federal de Pernambuco.

SANTIAGO, Silviano. Monteiro Lobato hoje: ponto e vírgula. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Nenhum Brasil existe*. Rio de Janeiro: Topbooks: UERJ, 2003, pp. 655-6.

SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance? uma ideologia estética e sua história: o naturalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

TRAVASSOS, Nelson Palma. *Minhas memórias dos Monteiros Lobatos*. São Paulo: Clube do Livro, 1974.

Artigo recebido em 02/03/2009 e publicado em 30/09/2009.